

**Avanço do ensino no país não se traduziu em ganho significativo de produtividade**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

De 1990 a 2010, escolaridade aumentou 68,2% no Brasil e produtividade de cada trabalhador teve alta de apenas 30%, diz estudo. Rio - A baixa qualidade do ensino e uma jornada escolar insuficiente fazem com que a educação, um dos motores do aumento da produtividade, não tenha, no Brasil, o mesmo impacto na economia alcançado em países onde os alunos ficam mais tempo na escola e têm melhor desempenho e um ensino médio mais voltado para o mercado de trabalho, como China e Coreia do Sul. A conclusão é do diretor do FGV Social, Marcelo Neri: — Até os anos 1980, os brasileiros tinham, em média, três anos de estudo, e isso não avançava. Mas, quando a educação avançou, a partir dos anos 1990, isso não se traduziu em ganho de produtividade, que é o que dá sustentabilidade ao crescimento do PIB. Segundo levantamento do economista, no período pós-Constituição (1990 a 2010), ainda que pesem os efeitos de crises econômicas ocorridas nesse intervalo, enquanto a escolaridade aumentou 68,2% no Brasil, de 4,69 anos de estudo para 7,89, a produtividade de cada trabalhador, por ano, subiu apenas 30%, de US\$ 13.243 para US\$ 17.168. Já na China, a escolaridade aumentou 31,6% e a produtividade, 495% no mesmo período. A Coreia, que nos anos 1960 era mais pobre que o Brasil, hoje tem produtividade três vezes maior que a nossa. — Mesmo levando em conta as políticas industriais adotadas por esses países, é dar educação de qualidade para todos que faz diferença. A Coreia e a China, tanto no sentido da jornada escolar quanto na preparação dos estudantes para os exames e para o mercado de trabalho, vão muito melhor. Nós caímos na armadilha da renda média. Eles fizeram essa conexão (entre estudo e produtividade) e saíram da condição de países pobres para a de desenvolvidos — diz Neri. Uso efetivo do conteúdo A baixa qualidade da educação brasileira tem nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) seu maior reflexo. Na última edição, em 2015, foi testado o desempenho escolar de estudantes de 70 nações. O Brasil ficou entre os piores: em ciências foi o 63º; em leitura, o 59º; e, em matemática, o 66º. — A qualidade da educação é fundamental para explicar a baixa produtividade brasileira. Infelizmente, temos uma situação em que poucos aprendem, mesmo as competências básicas. É claro que fatores extraescolares influenciam, como a pobreza, mas não pode ser pretexto para definir esse quadro. Até porque temos ótimos exemplos educacionais em contextos socioeconômicos desafiadores — avalia Gabriel Corrêa, gerente de políticas educacionais do Todos pela Educação, endossando as críticas feitas por Neri. Segundo ele, além de a jornada escolar média brasileira, de cinco horas, ser inferior à de países desenvolvidos, que fica entre seis horas e sete horas, ela não é usada efetivamente para a aprendizagem, o que poderia ser resolvido com capacitação de professores. Ele também ressalta que o ensino médio brasileiro é bastante distinto dos sistemas educacionais mais avançados, que assertivamente contemplam particularidades dos alunos. — É um ensino muito rígido. São 13 disciplinas, que todos devem fazer, independentemente do seu interesse. A boa notícia é que as bases para um novo ensino médio, que estão sendo homologadas, apontam para mais opções para o jovem — diz Corrêa, ponderando que o modelo só deve entrar em vigor na próxima década. Jaílson França, de 21 anos, e Bruna Gomes, de 27, buscavam no posto do Sine do Centro do Rio, na semana passada, uma vaga de emprego. Ambos têm mais anos de estudo que seus pais — ele cursa o segundo período de Direito e ela concluiu o ensino médio —, mas têm dificuldades semelhantes para se inserir no mercado. Bruna se formou em 2008 e levou quatro anos para conseguir o primeiro emprego, como recepcionista. Está desempregada desde julho. — As empresas preferem contratar jovem aprendiz, que tem custo mais baixo, do que alguém com mais experiência — comenta Bruna. Jaílson saiu do ensino médio na rede pública para o Exército, onde ficou por três anos, até ser dispensado, no fim de 2017. A boa nota no Enem o ajudou a conseguir uma bolsa de quase 90% na faculdade. — Onde eu fiz ensino médio, os professores eram dedicados, mas a infraestrutura e as greves

atrapalhavam nossa aprendizagem. Não havia nem ventilador. Como eu já queria fazer Direito, me dedicava mais às aulas de português e sociologia — conta. Impacto na previdência O avanço nos anos de estudo tem outro efeito colateral sobre a economia, pois é um componente importante para o aumento da expectativa de vida. Quanto maior a escolaridade, maiores as chances de a pessoa ter um emprego melhor e uma renda mais alta, o que impacta positivamente na qualidade de vida e a prolonga. Entre 2000 e 2016, a expectativa de vida do brasileiro cresceu seis anos, pulando de 69,8 para 75,8 anos. No entanto, isso inchou o sistema previdenciário, avalia Neri: — Não fizemos a reforma da Previdência, e, hoje, nosso gasto em proporção do PIB é de 13% , sendo que o Japão, que tem uma população idosa 3,5 vezes maior, gasta 10%. Aumentar a produtividade e reequilibrar o fiscal são dois grandes desafios pela frente.





